

O IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SERTÃO/RS

Uma oportunidade para a agricultura familiar e um benefício para os alunos

Naiara Migon¹

Resumo

Este trabalho analisa o desenvolvimento do programa nacional de alimentação escolar, do governo federal, no município de Sertão – RS, analisando a percepção de todos os agentes envolvidos, com o objetivo de identificar as possíveis dificuldades do programa e em que momento elas ocorrem, para que possa contribuir com os tomadores de decisão apresentando algumas alternativas. Para isto foi necessário entrevistar essas pessoas e conhecer o cotidiano do programa bem como seu histórico. Sabe-se que o programa contribui para o aumento da renda dos produtores e para a qualidade dos alimentos fornecidos nas escolas, assim algumas respostas foram encontradas como, a falta de mão-de-obra e as especificidades das culturas dificultam a produção desses alimentos e quanto melhor o conhecimento do produtor sobre os alimentos que irá produzir, mais será a qualidade e seu retorno financeiro.

Palavras chave: agricultura familiar, oportunidade de renda e qualidade de alimentos.

Abstract

This paper analyzes the development of the national school feeding program, the federal Government, in the municipality of Sertão-RS, considering the views of all actors involved, in order to identify together with them the possible difficulties of the program and when they occur, so that you can contribute with decision-makers showing some alternatives. For this it was necessary to interview these people and get to know the everyday life of the program as well as its history. It is known that the program contributes to the increase of the income of the producers and for the quality of food provided in schools, so some answers were found, the lack of manpower and the specifics of the production of these foods and how much better the producer's knowledge about foods that will produce, more will be the quality and its financial return.

1 Introdução

O êxodo rural é uma questão preocupante em muitas cidades, pois o pouco incentivo ao pequeno produtor e as possíveis vantagens que a cidade proporciona, acarreta num esvaziamento da população rural e isso traz malefícios para a população em

¹ Aluna do Curso de PG – Lato Sensu Gestão Pública/Distância/Tapejara/RS pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

geral, já que, as propriedades rurais acabam sendo monocultivadoras e os grandes centros ficam superlotados.

Foi por meio da criação do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a finalidade de prover alimentação para os alunos regularmente matriculados, que os produtores rurais passaram a ter a oportunidade de permanecer na propriedade e de produzir outras variedades de alimentos com a garantia de venda, conforme o artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (FNDE, 2012).

Desta forma o presente trabalho analisará o impacto que o programa trouxe para o município de Sertão, já que, a população é pequena, com aproximadamente 6.200 pessoas e 1166 estudantes beneficiados pelo programa, a principal economia é a agricultura, e como a cidade não oferece muitas opções de empregabilidade, os agricultores acabam monopolizando a produção, que se baseia na produção de soja e milho, ou então terceirizando e vendendo a propriedade para ir morar nas cidades próximas, como Passo Fundo, onde existem várias indústrias (IBGE, 2012).

O objetivo principal do trabalho consiste em analisar o desenvolvimento do PNAE no município de Sertão, para verificar a aceitação, as vantagens e as dificuldades do programa.

A pesquisa mostrará os resultados do programa para a cidade, bem como, as vantagens e dificuldades encontradas ao decorrer do período de implantação até os dias do término da pesquisa.

A estrutura do trabalho constitui-se de: O contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar, como surgiu, os principais acontecimentos e sua importância; Uma breve apresentação da empresa EMATER/RS – ASCAR e de sua função, já que é a responsável pelo programa no município, atuando com os produtores; A descrição da Lei nº 11.947/2009, que garantiu a inserção do produtor no PNAE, e o funcionamento do programa; O método do trabalho que explica como foram coletados os dados para o desenvolvimento do trabalho; e por último há o funcionamento do programa no Município de Sertão, onde constam as entrevistas feitas para os envolvidos no programa que são: o técnico da EMATER, os produtores rurais e algumas das escolas do município.

1. Alimentação Escolar e seu contexto

O primeiro conceito de merenda escolar foi formulado por Dante Costa, médico nutrólogo especialista em alimentação oferecida às crianças em idade escolar, em 1939, Carvalho e Castro (2009):

É pequena refeição, de digestão fácil e valor nutritivo bastante, realizada no intervalo da atividade escolar. Constitui um dos muitos traços de união entre casa e escola: preparada em casa, pelo cuidado solícito das pessoas encarregadas, vai ser utilizada na escola. Mais uma vez vê-se que a escola é e deve ser o prolongamento do lar Costa (1939 apud CARVALHO e CASTRO, 2009, p. 5).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais conhecido como merenda escolar, é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado (FNDE, 2012).

O programa teve início com a tentativa de pressão do Instituto de Nutrição, para que, o governo federal oferecesse alimentação nas escolas, porém não foi possível por falta de recursos financeiros. Na década de 1950 nasceu a Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, que era na verdade, um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição que deu abertura para um programa de merenda escolar nacional, sob a responsabilidade pública (FNDE, 2012).

TURPIN (2009, p.21) relata que “a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE aconteceu em 1954 no Ministério da Saúde, e formalizada em 1955 no Ministério da Educação e Cultura por meio do decreto no 37.106/55”.

Após o decreto de criação houve outros decretos com outras denominações, tais como: em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. No ano de 1965, passou para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65, com a inserção de vários programas que contaram com ajuda americana, entre os quais se destacaram: Alimentos para a Paz, financiado pela Usaid; o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos, da FAO/ONU (FNDE, 2012).

Somente em 1979 passou então a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar, pois até esta data o programa pertencia ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), embora fosse financiado pelo Ministério da Educação. E em

1988 a Constituição Federal assegurou o direito da alimentação escolar para os alunos do ensino fundamental (FNDE, 2012).

Foi a partir de 1993 que o programa conseguiu ser descentralizado originando mudanças significativas para o programa, segundo Teixeira (2009), et.al.:

Até 1993, o PNAE estava centralizado no governo federal, e apresentava sérios problemas relacionados à inadequação de cardápios, quanto à qualidade nutricional e atendimento a hábitos alimentares locais. A descentralização do programa, ocorrida pela Lei 8.913, de 12/7/94, trouxe mudanças significativas na sua operacionalização. Dentre as políticas sociais, a merenda escolar foi um dos primeiros programas a aderir à municipalização por se tratar de uma medida que apresenta elevados benefícios e custos reduzidos aos governos estaduais e municipais (TEIXEIRA et.al. 2009, p.03).

Já no ano de 2000 a alimentação escolar teve outro entendimento, como descrevem Carvalho e Castro (2009):

A partir de 2000, a alimentação escolar passou a ser entendida como política de atendimento ao direito do aluno receber o alimento durante sua permanência na escola, em face de seu metabolismo e características fisiológicas. O cérebro humano não operacionaliza funções de pensamento, reflexão, memória, assimilação, aprendizagem, atenção se apresentar qualquer demanda orgânica, seja fome, sede, sono, vontade de ir ao banheiro, falta de ar, calor ou frio. Nos países desenvolvidos, constitui-se prática difundida e não questionada (CARVALHO e CASTRO 2009, p. 06).

Dentre os avanços que ocorreram durante o processo de formação do atual programa o próprio FNDE cita os principais, tais como: o respeito aos hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola do município; garantiu a partir de 2009 com a lei nº 11.947 a oferta de merenda escolar durante todo o ano letivo para todos os alunos da rede pública de educação básica e de jovens e adultos; criação de um Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em cada município com a finalidade de fiscalizar a execução do programa. E assegurou que 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar (FNDE, 2012).

Desta forma Real e Schneider (2011) comentam que:

Nessa perspectiva, programas públicos alimentares, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aparecem como possibilidade de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e a produção de alimentos. Isso seria possível, por um lado, por meio da integração de políticas relacionadas à saúde dos escolares e, de outro, mediante a criação de mercados para os produtores locais, fomentando boas praticas ambientais (REAL e SCHNEIDER 2011, p. 58).

Quanto às ações desenvolvidas a partir do programa, Cunha *et al.*(2007) citam que:

Dentro desta abordagem, o PNAE surge como possibilidade para o redimensionamento das ações desenvolvidas na escola, podendo ter um papel estratégico para mudanças das práticas alimentares dos escolares. Pode ainda contribuir com a promoção da educação em saúde e nutrição, contextualizando as práticas de educação nutricional numa perspectiva mais ampla de construção da cidadania (CUNHA et.al.,2007, p.40).

E que:

A oferta da alimentação aos escolares, mesmo que parcialmente, pode contribuir para que tenham melhor predisposição para aprender. Desta forma, ao se instrumentalizarem via saber sistematizado, e conscientizando-se de sua realidade, podem desenvolver um agir crítico e transformador (CUNHA et.al., 2007, p.42).

Além do problema de suprir as necessidades nutricionais dos alunos, o país enfrenta outro problema que é o êxodo rural, devido a pouca oportunidade no campo e a dificuldade de escoar a baixa produção (comparado aos grandes produtores).

A falta de terra, a escassez da mão-de-obra, o gerenciamento espontâneo com pouca profundidade, a baixa escala de produção, a competição internacional injusta (custo Brasil e subsídios internacionais) e a falta de associativismo são alguns dos problemas que atingem as propriedades consolidadas (TEDESCO, 1999, p. 73).

Deste modo, o PNAE também beneficia a agricultura familiar conforme as mudanças ocorridas na lei nº 11.947/2009, pela qual, os produtores passaram a ter garantia de venda de seus produtos, conforme art. 14:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

A lei contribui para a permanência das pessoas no campo, sendo que a agricultura familiar tem forte contribuição na economia do nosso país, assim é importante a criação de uma política voltada para os agricultores, dando subsídios para aumento da produção e da renda incentivando a melhoria da qualidade de vida e conseqüentemente a fixação do homem no campo, MOTA e ARAÚJO (2011, p. 12).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA relata que a pequena unidade da agricultura familiar camponesa emprega quase 75% da mão de obra no campo, além de ser responsável, pela produção de 70% de feijão, 87% da mandioca e 58% do leite produzido no país, LOPES e ALMEIDA (2012, p. 125).

Para Lopes e Almeida (2012) a agricultura familiar desempenha um papel importante para o desenvolvimento do Programa:

Em contrapartida, há a classe dos pequenos proprietários de terra que buscam junto ao Estado um maior apoio de forma a garantir minimamente a recriação dos núcleos familiares no campo que mais comumente se dá através da produção de alimentos para auto-consumo e de excedentes comercializados, como o leite, o feijão, a mandioca, o arroz, dentre outros; principais produtos que compõem a cesta básica do brasileiro e que por isso, faz com que a pequena propriedade agrícola seja a maior responsável por contribuir para a segurança e a soberania alimentar da nação (LOPES e ALMEIDA 2012, p. 125).

Além de melhorar o consumo alimentar da família com o aumento da variedade e quantidade, principalmente de vegetais e frutas, esses produtos beneficiam também os alunos, pois há diminuição de produtos industrializados e aumento de alimentos produzidos nas proximidades.

Além de possibilitar benefícios para a saúde dos alunos matriculados em escolas públicas o programa serve como incentivo ao desenvolvimento rural, como descreve Real e Schneider (2011):

A capacidade do PNAE de aproximar a segurança alimentar, visando à melhoria da saúde pública, assim como a construção de mercados e políticas de abastecimento alimentar, o torna um aliado na formação de novos hábitos alimentares e uma possibilidade de incentivo ao desenvolvimento rural, uma vez que o Programa, principalmente após sua descentralização, tem contribuído, em alguns municípios, para incrementar a alimentação dos escolares e ampliados o potencial de incentivo a produção da agricultura familiar local (REAL e SCHNEIDER 2011, p. 58-59).

A lei permite que o produtor comercialize diretamente seus produtos para a merenda escolar, excluindo qualquer atravessador, aumentando assim a renda. Para Leite (2011):

A agricultura familiar é administrada pelo próprio agricultor, ou seja, ele sabe o quanto que pode gastar com as despesas da casa a cada plantio. Então quanto menos ele puder diminuir esses gastos, com a venda direto do seu produto, sem a ajuda de terceiros, melhor será para a renda da família, (LEITE *et al.* 2011, P.03).

Leite *et al.* (2011, p.02) relatam a importância de inserir o agricultor familiar na visão da sociedade, para que sejam vistos os problemas que esse agricultor sofre quando vai fazer a venda de seus produtos, que atualmente precisa de uma terceira pessoa, e consequentemente não obtêm o valor real de seus produtos.

A introdução de alimentos para a merenda escolar pode trazer benefícios tanto para o produtor quanto para o consumidor. Já que a transformação artesanal ou semi-artesanal, beneficiamento e/ou processamento da produção agrícola é uma estratégia para agregar valor aos produtos, isso auxilia na permanência do agricultor no campo e na

inclusão social de mulheres, jovens e idosos, e também no comércio de excedentes, FABRI *et al.* (2010, p.02)”.

SONNINO (2009 apud REAL e SCHNEIDER 2011, p.67) citam que:

Sonnino (2009) aponta três argumentos mais específicos que apóiam a visão de que os sistemas alimentares locais realizam um maior potencial para fornecer o desenvolvimento sustentável:

1) é assumido que as variáveis naturais locais (como o clima, solo e qualidade da água) tem uma influência positiva sobre a qualidade dos alimentos produzidos -um pressuposto implícito em conceitos como *terroir*, por exemplo. Ao mesmo tempo, a realocação também é vista como uma estratégia muito eficaz para reduzir as *foodmiles*, bem como os custos de energia, e da poluição, associados com a produção, transporte e distribuição global de alimentos em todo o mundo;

2) alega-se que, em contraste com os sistemas de alimentos globalizados, as cadeias alimentares locais promovem economias socialmente incorporadas ao local, promovendo relações de confiança entre produtores e consumidores, capital social e desenvolvimento econômico local. Alguns exemplos deste tipo de abordagem seriam o desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável local oferecendo não apenas ganhos econômicos para a comunidade, mas também estimulando a participação cívica, cooperação, assim como relações sociais saudáveis. Também, podem-se citar as oportunidades oferecidas, por meio das inovações sociais, como o apoio da comunidade agrícola para recuperar as dimensões perdidas do mercado como um lugar de interação social; e

3) o alimento local é frequentemente assumido como sendo mais fresco, maduro, nutritivo e saudável do que os alimentos industrializados (REAL e SCHNEIDER 2011, p.67)

O PNAE é visto como instrumento em potencial para ser utilizado como política pública promotora de um modelo alimentar diferenciado, uma vez que esta criando novas oportunidades para os produtores de alimentos locais, conforme Real e Schneider (2011, p.68).

Turpin (2011, p. 29-30) a partir de dados do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar – 2006 elaborou um quadro onde consta as formas de apoio que o agricultor familiar obtêm através da merenda escolar.

Quadro 1. Categorização das Formas de Apoio ao Produtor Familiar por Meio da Merenda Escolar

1. Aquisição de Produtor Individual e/ou Cooperativa/Associação	Aquisição, pela Prefeitura, por meio de compra simples ou licitação, de produtos de pequenos produtores rurais, individuais ou organizados em associações ou cooperativas.
2. Participação no PAA	Participação dos agricultores familiares locais em alguma das modalidades do PAA cujos produtos são direcionados para a merenda escolar do município (Compra com doação simultânea).

3. Apoio em Infra-Estrutura Produtiva e Logística	Cessão de máquinas agrícolas; fornecimento e/ou subsídio para compra de insumos (sementes, mudas, adubo, etc.); e/ou apoio logístico na entrega dos produtos.
4. Promoção da Produção Rural Familiar	Criação de Programas municipais de geração de renda e auto-sustentabilidade da família agrícola por meio de arranjos e parcerias da Secretaria da Educação com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Sindicato de Produtores Rurais, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Conselho Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR e Secretarias da Agricultura, da Ação Social, ou de Desenvolvimento Rural.
5. Valorização e Divulgação Cultural da Agricultura Familiar	Realização de eventos que valorizem a agricultura familiar, agroecologia; introdução do tema no currículo escolar; divulgação do tema nas escolas; escolas agrícolas; e/ou visitas a pequenos produtores rurais.
6. Apoio e Capacitação para Produção de Hortaliças, Frutas, Leite, Pequenos Animais e Piscicultura	Incentivo à produção de hortifrutigranjeiros e pesca (produtos tradicionais da agricultura familiar), por meio da criação de hortas comunitárias; e/ou formação profissional e cursos nessa área.
7. Apoio e Capacitação para Produção Orgânica, Fitoterápica, Agroecológica, de Mel, de Alimentos Funcionais e de Produtos Regionais	Incentivo à produção de produtos típicos da pequena produção por atenderem a um nicho de mercado e seguirem práticas culturais agroecológicas.
8. Capacitação Organizacional; Cursos de Profissionalização e Empreendedorismo; e/ou Orientações sobre Comercialização	Capacitação na área administrativa, contábil e comercial dos pequenos produtores rurais locais por meio de parcerias com SEBRAE, EMATER, Sindicatos e/ou outras Secretarias, orientando principalmente sobre o processo licitatório, emissão de nota fiscal e outros documentos.
9. Estímulo e Capacitação para Cooperativismo e Associativismo	Apoio técnico e organizacional para a formação ou reestruturação de cooperativas ou associações de pequenos produtores.
10. Estímulo e Capacitação para a Agroindustrialização Familiar	Estímulo à criação de pequenas agroindústrias com o apoio da vigilância sanitária e outras instituições, viabilizando a construção de fábricas em locais reduzidos; concessão de incentivos e/ou benefícios para a ampliação ou geração de novos empreendimentos.
11. Fortalecimento Político e Institucional da Agricultura Familiar pela Prefeitura	Criação de Secretarias Municipais específicas para a promoção do segmento, cadastramento de produtores rurais, regularização fundiária; e/ou garantia da

	comunicação sobre editais de licitação.
12. Apoio em Infra-Estrutura de Beneficiamento e para Regularização de Exigências Sanitárias	Criação de centrais de beneficiamento da prefeitura; criação e organização do Serviço de Inspeção Municipal e orientações da Vigilância Sanitária aos agricultores sobre as exigências sanitárias dos produtos comercializados.

Fonte: Turpin (2011) a partir de dados do Prêmio Gesto Eficiente da Merenda Escolar - 2006.

Torres *et al.* (2011) em um trabalho em que analisaram a experiência de uma Cooperativa na comercialização agroecológica por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), obteve como principais dificuldades: a irregularidade da produção; oscilação e defasagem de preços; deslocamento; irregularidade dos pedidos e inexistência de infra-estrutura de agroindústrias familiares, conforme:

Irregularidade da produção: Há dificuldade nas habilidades gerenciais por parte dos agricultores para planejar a produção individual e coletiva a fim de atender a demanda contínua dos produtos que as escolas necessitam;

Oscilação e defasagem de preços: As escolas utilizam como referência o preço da CONAB, que compra em grande quantidade e sem exigências de embalagens individualizadas. Além de que, por utilizar como o preço da CONAB não diferencia claramente o produto convencional do orgânico, mesmo que oriundo da agricultura familiar. A partir destes fatos fica claro que esta prática de preços acarreta na utilização de valores no PNAE não condizentes a realidade da produção;

Deslocamento: a elevada distância entre os produtores e as escolas, combinada a entrega mensal ou quinzenal para entrega dos produtos, além de toda logística de ida para as escolas para verificar os editais públicos lançados, entrega do produto e recebimento do pagamento, acarretam num elevado custo de deslocamento;

Irregularidade dos pedidos: Não uniformidade nos cardápios nos municípios, assim, cada escola trabalha com cardápio diferente e sem calendário planejado para as aquisições no horizonte temporal, também dificultando um possível planejamento por parte dos sócios da cooperativa;

Inexistência de infra-estrutura de agroindústrias familiares: há necessidade da dinamização econômica da agricultura familiar a partir da disponibilização de infraestrutura de agregação de valor da produção agrícola e a melhoria da distribuição de renda junto aos sócios, bem como a possibilidade de garantia de adequação as exigências sanitárias para produção. Alguns dos produtos beneficiados como polpa e mel, ainda não atendem aos requisitos de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores, como o Sistema de Inspeção Federal (SIF), (TORRES *et al.*, 2011, p. 4-5).

Fabri (2011) em seu trabalho sobre a Inserção da agricultura familiar sustentável no PNAE comentou que:

Percebe-se que a agroindústria familiar pode ser uma importante via de fornecimento de alimentos para a Alimentação Escolar e ainda auxiliar na geração de renda, melhorando as condições econômicas do agricultor familiar. No entanto, observa-se que a aquisição desses produtos para Alimentação Escolar ainda ocorre de forma incipiente, havendo a possibilidade de expansão da aquisição. Para isso se faz necessária uma

maior integração entre os gestores e funcionários da Alimentação Escolar com a agricultura familiar para que ocorra uma maior aquisição de alimentos produzidos pelas agroindústrias familiares (FABRRI, 2011, p.3).

Analisando o contexto da Alimentação escolar percebe-se que houve grande avanço em sua estrutura, passando de plano para um programa de âmbito nacional que além de disponibilizar alimentação gratuita para os estudantes, gera emprego e renda, garantindo a permanência do produtor rural em sua propriedade através do escoamento de suas produções.

3. A EMATER/RS – ASCAR como apoiador/incentivador da agricultura familiar

A EMATER/RS (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) e ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural), formando EMATER/RS – ASCAR foi criada no dia 2 de junho de 1955 e está presente no cotidiano dos agricultores familiares com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seu público (EMATER, 2012).

A Instituição se tornou a representante natural do serviço oficial de extensão rural do Estado desenvolvendo um trabalho importante com os pequenos produtores, estimulando - os a produzir e não desistir de seu trabalho. As pessoas que atuam nos diversos escritórios espalhados por quase todas as cidades do estado levam subsídios, conhecimento e treinamento para essas pessoas (EMATER, 2012). São essas informações que muitas vezes conservam a propriedade rural, como descreve Tedesco (1999):

A eficiência e a eficácia da mão-de-obra podem ser responsáveis pelo maior ou menor sucesso das atividades agrícolas. Nota-se no meio rural que uma grande parcela da população possui pouca instrução formal, tendo dificuldades de assimilar as tecnologias que são apresentadas. Além disso, muitos agricultores não fazem cursos e treinamentos, os quais repercutiriam positivamente nas suas atividades. Tais programas de profissionalização dos agricultores são muito importantes e devem ser estimulados pelas políticas públicas (TEDESCO, 1999, p. 84).

Assim, a EMATER atua diretamente com os produtores no desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme citam Leite *et al.* (2011):

Atualmente uma das principais políticas públicas direcionadas ao apoio da Agricultura Familiar no Brasil é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que está sendo implantado para ajudar na venda dos produtos cultivados e produzidos pelos agricultores familiares e proporcionar um alimento mais saudável para os alunos das escolas públicas dos municípios onde o PNAE é inserido (LEITE *et al.* 2011, p.02).

A missão da EMATER é ajudar plantar um futuro melhor para quem produz e gera alimentos, para isso a Emater possui uma estrutura de capacitação rural, e assumiu a responsabilidade de orientar o uso de tecnologias nas mais diversas áreas (EMATER, 2012). Com essa missão Tedesco (1999) descreve que:

Uma das alternativas existentes para a produção familiar é a diversificação produtiva, tanto no interior de cada estabelecimento agropecuário como entre unidades produtivas e entre regiões. Aparentemente, essa diversificação pode contribuir para o emprego em tempo integral de um número relativamente maior de membros da família, tendo em vista que o trabalho pode ser mais bem distribuído durante todo o ano e a produção pode ser competitiva em termos de mercado (TEDESCO, 1999, p. 251).

Os mais de 2.000 empregados prestam assistência técnica e extensão rural, aos assistidos e as tarefas do quadro funcional incluem a capacitação dos agricultores e jovens rurais (EMATER, 2012). Para Tedesco (1999) essas tarefas são importantes, pois:

Fazendo a assistência técnica com análise econômica nas propriedades rurais, conhece-se a propriedade como um todo e sistemicamente; determinam-se os pontos de estrangulamento, o fluxo de caixa, os riscos e flexibilidades da propriedade, os custos, as receitas, as margens brutas, os lucros e os objetivos do agricultor. Com isso, podem-se diagnosticar as propriedades e apresentar a forma de intervenção para melhorar os resultados técnico-econômico-financeiros (TEDESCO, 1999, p. 97).

Para entender a realidade das propriedades, Tedesco (1999) relatou como foi a tecnificação das pequenas, médias e grandes propriedades.

Com a implantação da indústria de maquinaria e insumos agrícolas em meados da década de 1960, no conjunto do modelo de *substituição de importações*, dá-se o gérmen do *complexo agroindustrial*. A cultura da soja, na metade da década, possibilitou a difusão e a ampliação do mercado de máquinas, principalmente nas grandes propriedades. A estruturação cooperativista se encarregou de difundir a adoção de máquinas nas pequenas e médias propriedades (TEDESCO, 1999, p. 112).

E pelo que cita Tedesco (1999) fica explicado o porquê a agricultura familiar, composta pelos pequenos produtores, precisam de uma política pública diferenciada e uma Instituição para que os apóie.

Em síntese podemos dizer que as transformações na base técnica da agricultura ocorridas pós-década de 1970 privilegiaram regiões e produtos, dando margem ao aprofundamento do caráter desigual da agricultura brasileira. A agricultura passou, a partir daí, a ser grande fornecedora de matérias-primas e mercado consumidor de máquinas e insumos modernos, viabilizada pelo Estado, que montou infra-estrutura e um sistema de crédito subsidiado com o intuito de acelerar esse processo, dando maiores possibilidades de capitalização e lucratividade à grande propriedade. Dentro desse espaço, a pequena produção que consegue sobreviver é obrigada a organizar-se em novas bases técnicas, muitas vezes especializando-se numa cultura ditada pelo mercado ou pela agroindústria (TEDESCO, 1999, p. 116).

Assim, o trabalho realizado pela EMATER/RS – ASCAR com o intuito de promover a qualidade de vida dos produtores, através da melhoria de suas formas de produção, com a formação das pessoas envolvidas e com o trabalho de extensão rural é realmente importante, principalmente para o desenvolvimento local, ajudando as pessoas do campo e da cidade.

4. A Lei nº 11.947/2009

Como já citado anteriormente no histórico do Programa Alimentação Escolar (PNAE), o programa é uma lei que obriga os estados e municípios a oferecer merenda escolar de qualidade para todos os alunos matriculados em escolas públicas. Assim:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (Brasil, 2009).

Para Cunha *et al.* (2007, p. 42) o PNAE “tem como objetivo oferecer um aporte de nutrientes e uma alimentação adequada durante o período em que o estudante está na escola”, para “contribuir para o seu desenvolvimento escolar, é apontada como uma premissa do programa”.

Já referente à aprovação da lei nº 11.947 o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) descreve que:

Com a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e da Resolução FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, as escolas das redes públicas de educação básica passaram a usar produtos da agricultura familiar nas refeições oferecidas aos seus alunos. Agora, no mínimo 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural com dispensa de licitação. Em 2010, o orçamento mínimo do FNDE destinado exclusivamente à compra desses produtos é de R\$900 milhões.

Na lei constam os artigos 18 e 20 que ressaltam ainda mais a participação dos agricultores. Conforme (MDA, 2012):

Art. 18, parágrafo 4º, na análise das propostas e na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos de municípios. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade.

Art. 20. Os produtos da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais a serem fornecidos para alimentação escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

Para Real e Schneider (2011) essas mudanças ocorridas apresentam:

A partir dessas mudanças, o PNAE passa a apresentar-se como um grande potencial a ser utilizado como uma política de caráter estruturante, considerando que, no momento em que passa a adquirir os gêneros alimentícios de agricultores locais, constrói-se um novo nicho de mercado para os pequenos agricultores. Tal fato contribuiria para o auxílio de empregos e trabalho no meio rural, diminuição do êxodo e da pobreza rural e urbana. Para além incentivar-se-ia o consumo sustentável, ao associá-lo a produção de alimentos locais, trazendo não apenas benefícios para a saúde dos consumidores, mas também para o ambiente (REAL e SCHNEIDER, 2011, p. 73-74).

4.1 Funcionamento do Programa

Os participantes do programa são os que compram, os que vendem e as entidades articuladoras. O comprador é a entidade executora que é formada pelas secretarias estaduais de educação, prefeituras, escolas e unidades executoras. Quem vende é o grupo formal, que possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Jurídica) que pode ser cooperativas e associações de agricultores familiares; e grupo informal: que possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física) podendo ser grupo de agricultores familiares. As entidades articuladoras podem ser Entidades cadastradas no Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf), entre inúmeras outras que constam na cartilha da alimentação escolar e agricultura familiar (PDE, 2012).

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. (BRASIL, 2009).

Com isso, os participantes devem seguir alguns passos, descritos na cartilha da alimentação escolar e agricultura familiar (MDA, 2012), tais como:

Quadro 2. Descrição dos passos para o desenvolvimento do programa.

Passos	Responsável	Procedimento
1º passo – Cardápio	Elaborado pela Nutricionista, que deve utilizar alimentos básicos, respeitando as referências nutricionais, a cultura alimentar local e a diversificação agrícola da região.	Deve-se mapear os produtos da agricultura familiar local na Secretaria Municipal de Agricultura ou no escritório da EMATER e informar à Entidade Executora a demanda, especificando quais os produtos e a quantidade de cada um.

2º passo – Chamada Pública	As Entidades Executoras (Secretaria Estadual de Educação, prefeituras ou escolas).	Publicar por meio de Chamada Pública (que é modalidade de edital relativo à agricultura familiar), em jornal de circulação de ampla circulação, quais os alimentos e a quantidade de cada um deles que desejam adquirir. Deve-se respeitar os princípios do art. 37 da Constituição Federal e fornecer as informações suficientes para elaboração dos Projetos de Venda.
3º passo – Preços de referência	Entidade Executora	Os preços de referência servem de parâmetro para o pagamento dos produtos. Devem ser atualizados semestralmente. São calculados com base em critérios definidos a partir do valor gasto no ano para compra da Agricultura Familiar.
4º passo – Elaboração de Projeto de Venda	É elaborado pelo grupo formal ou pelo grupo informal, assessorado pela Entidade Articuladora.	É o documento que formaliza o interesse dos Agricultores Familiares em venderem para a Alimentação Escolar. Sempre de acordo com a chamada pública.
5º passo – Recebimento de Projeto de venda	O grupo entrega para a Entidade Executora	Deve ser acompanhada da documentação de habilitação dos fornecedores: Grupos Informais: Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de cada agricultor participante, CPF e Projeto de Venda; Grupos Formais: Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, CNPJ, cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e Projeto de Venda.
6º passo – Seleção dos Projetos de venda	Entidade Executora	Seleciona os projetos de venda nesta ordem: os projetos dos

		municípios, da região, do território rural, do estado e do país. O limite individual de venda por agricultor familiar é de R\$20.000,00 por DAP/ano. Os produtos da agricultura familiar devem atender o que determina a legislação sanitária apropriada.
7º passo – Assinatura do Contrato	É assinado pela Entidade Executora, pela cooperativa ou associação (grupo formal) e/ou agricultores familiares (grupo informal).	O contrato estabelece o cronograma de entrega dos produtos e a data de pagamento dos agricultores familiares.
8º passo – Entrega dos produtos	A entrega é feita por cada produtor e quem recebe são as escolas.	O início da entrega dos produtos será de acordo com o cronograma previsto no contrato. o representante da Entidade Executora e do grupo fornecedor deverá assinar o Termo de Recebimento da Agricultura Familiar que atesta que os produtos foram entregues e estão de acordo com o contrato e com os padrões de qualidade exigidos.

Fonte: MDA adaptado pela autora (2013).

Nota-se que a estrutura do PNAE é de bom entendimento e que existem várias entidades trabalhando para que o programa funcione de maneira satisfatória em benefício dos estudantes e dos produtores rurais, cada um com seu propósito.

5. Método

O município de Sertão/RS possui uma população estimada de 6.200 habitantes e há 1166 alunos matriculados nas escolas e entidades que participam do programa.

Primeiramente, com base em estudo semelhante ao desenvolvido por Mota (2011), os dados foram coletados através de três roteiros de perguntas, formulados em entrevistas. O primeiro para o técnico em agropecuária que é presidente da EMATER/RS-ASCAR e responsável pelo programa no escritório. Segundo, com a direção de duas escolas para saber o que mudou com a inserção do programa, se os alimentos são de qualidade e

se houve aceitação dos alunos. Por terceiro e mais importante para este trabalho, com os produtores rurais, e para isto fez-se necessário conhecer a realidade deles, quais as expectativas quanto ao programa, os impasses, as vantagens e os interesses esperados para o programa.

A coleta de dados proporciona certo conhecimento da realidade diante dos elos envolvidos no processo, como possíveis dificuldades do programa e onde elas ocorrem, os resultados irão contribuir com os tomadores de decisão, já que, apresentarão algumas alternativas.

6. O programa no município de Sertão

O programa da alimentação escolar sempre funcionou através da Secretaria Municipal da Educação de Sertão que segue as orientações das leis vigentes, quando houve promulgação da lei 11.947/2009, onde decretou que do total dos alimentos comprados para alimentação escolar, no mínimo 30% deve ser da compra da agricultura familiar, a Secretaria procurou a EMATER de Sertão para que os auxiliassem neste processo (relatos de um representante da Secretaria).

São beneficiados pelo recebimento de alimentos do programa aproximadamente 1166 alunos. Sendo que destes 151 pertencem a duas creches, uma com 123 e outra com 28 alunos. Na rede municipal são 432 alunos divididos em uma escola fundamental na cidade com 323 estudantes e duas escolas fundamentais rurais, uma com 42 e outra com 67 alunos. Na rede estadual há três escolas, uma de ensino médio com 251 estudantes e duas fundamentais, uma na cidade com 232 alunos e uma rural com 76 alunos. E participa também a APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais com 24 alunos (dados do Senso Escolar).

É a nutricionista que elabora o cardápio com as variedades e quantidades necessárias para cada escola e passa para a Secretaria da Educação que entra em contato com a Cooperativa dos produtores, e é a cooperativa dos produtores com sede em Getúlio Vargas denominada de COOPRAF que determina o que cada produtor irá entregar nas escolas, levando em consideração os produtos produzidos em cada propriedade e a distância para entrega. O preço a ser pago por produto é referente ao preço de mercado, ou seja, são comparados três preços e o valor a ser pago é o intermediário.

Os produtos são entregues pelos produtores nas segundas-feiras e quando preciso nas quintas-feiras nas próprias escolas da cidade, já no interior os produtores levam até a Secretaria da Educação do município na segunda – feiras e são levadas as escolas através

do transporte escolar que leva os servidores nas terças – feiras. Esta medida facilita a locomoção para os produtores.

6.1 O Programa na visão da EMATER

A Emater possui ligação com o governo, assim a mesma é responsável pela execução de todas as políticas públicas que dizem respeito à agricultura familiar. A Emater fez a mobilização inicial dos produtores, ajudou na organização formal que deu início a cooperativa e auxilia os produtores com assistência técnica.

Assim, com a promulgação da lei 11.947 de 2009, a Emater entrou em contato com a Secretaria Municipal da Educação para prestar esclarecimentos do funcionamento da lei e com o Conselho Agropecuário Municipal a fim de aderir os produtores no programa.

Na primeira reunião houve 15 produtores interessados, mas apenas quatro aderiram ao programa. O principal fator da baixa adesão é que as culturas existentes são mecanizadas, sendo mais atraentes e exigindo menos mão-de-obra.

No início do programa os produtores entregavam diretamente nas escolas conforme indicação da necessidade repassada pela Secretaria da Educação do município. Já a partir de 2012 as cidades que fazem parte da microrregional com sede em Getúlio Vargas, que pertencem os municípios de Sertão, Estação, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Erebangó, Charrua e Floriano Peixoto formaram uma cooperativa denominada de COOPRAF que é administrativamente orientada pela Emater. Assim a nutricionista determina a necessidade de cada escola e passa para a Secretaria da Educação e a mesma repassa para a cooperativa que entra em contato com cada produtor dizendo qual a quantidade de cada produto a ser entregue em cada escola. Sendo que se necessário os produtores devem entregar em outros municípios que fazem parte da cooperativa.

Para o chefe da Emater de Sertão o programa traz benefícios como: o fortalecimento da agricultura familiar para as pequenas propriedades, oportunidades de negócio, já que não há necessidade de atravessador, aumento da renda e da qualidade de vida familiar e um alimento fresco e de qualidade para os alunos. Já as dificuldades enfrentadas são: a falta de adesão de produtores devido à intensa mão-de-obra, pequena escala de entrega e dificuldade de entrega.

O entrevistado ainda comenta que o programa é viável, pois possibilita ao produtor que melhore a renda e ao aluno que tenha um alimento de qualidade. Referente a quem é mais beneficiado o entrevistado acredita que a lei foi feita para beneficiar os

produtores, pois se não houvesse a lei as escolas teriam que adquirir igual os alimentos. Por isso, surge uma oportunidade de negócio para o produtor, sendo que o mesmo se torna responsável pela produção e venda, aumentando assim a renda.

O entrevistado comenta que a baixa aderência ao programa no município de Sertão acontece pela mecanização das áreas e pela tradição da produção de grãos como soja e milho. E que para atrair mais produtores o governo deveria investir em uma campanha regional de conscientização para os pequenos produtores, mostrando que é uma atividade viável com garantia de venda.

Quando questionado sobre o que poderia ser melhorado no programa o entrevistado afirma que um passo importante já aconteceu que foi a criação da cooperativa que facilitou a comercialização dos produtos.

Quanto ao incentivo por parte da Emater, o chefe comenta que possui financiamentos para esses produtores que são de pequenas propriedades por meio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Além do trabalho de assistência técnica.

6.2 O Programa na visão dos produtores

Dos quatro produtores que aceitaram no primeiro momento participar do programa, apenas três ainda atuam. Os mesmos serão identificados como produtor 01, 02, 03 e 04. Sendo que o produtor 02 no ano de 2012 não fez parte do programa.

O produtor 01 mora a sete quilômetros do município de Sertão e atua sozinho na propriedade, tendo uma família de três pessoas, sendo que as outras possuem suas próprias atividades. O produtor 02 possui uma família de três pessoas, mas apenas duas trabalhavam na propriedade que fica a três quilômetros da cidade. A família do produtor 03 é composta por sete integrantes, mas apenas duas pessoas atuam diretamente e uma parcialmente, devido às atividades da casa e o restante são crianças e uma idosa, mas este produtor tem ajuda de um segundo irmão que ajuda a produzir, já que os mesmos vendem para outros locais nas cidades e a propriedade fica a 24 quilômetros da cidade. Já o produtor 04 trabalha a três quilômetros do município, e possui uma família de três pessoas, mas somente ele atua com a produção de ovos juntamente com o irmão que pertence à outra família.

Todos os produtores ficaram sabendo do programa por meio da Emater, a qual marcou várias reuniões com a finalidade de apresentar o programa e de esclarecer

dúvidas. Também relataram que a entidade os incentivou a participar do programa, principalmente na formação da cooperativa. O produtor 01 comentou que participou de cursos e feiras proporcionados pela Emater e o produtor 03 que no começo do programa recebeu algumas informações técnicas de como produzir no município de Sertão, já no desenrolar do programa procurou ajuda na cooperativa para conhecer melhor as variedades de cada cultura.

Para o produtor 01 a decisão de participar do programa foi devido aos “obstáculos de venda e vi no programa uma opção de venda com melhor renda”, pois quando existe um atravessador a renda para o produtor é menor, e no programa isso não existe, assim o programa é mais viável, pois paga mais. Para o produtor 02 a pouca atividade existente na propriedade contribuiu para que decidissem fazer algo diferente e também pela renda extra que iriam receber. Para o produtor 03 a necessidade de arrecadar dinheiro e ter uma renda maior no fim do mês foram os motivos da aderência ao programa. E para o produtor 04 os motivos foram a vontade de conhecer melhor e de ajudar, já que o alimento que o mesmo produz ainda não seria entregue por outro agricultor.

Quanto à produção de cada produtor e forma de entrega, os mesmos relataram que: O produtor 01 entrega mel na quantidade de 10 a 15 kg para cada 80 alunos em todas as escolas do município de Sertão e entrega de 60 a 70 kg no município de Getúlio Vargas. “A entrega é feita mensalmente com veículo financiado pelo programa mais alimentos”. O produtor 02 entregou quando fez parte do programa batata doce = 148 kg, chuchu = 148 kg, beterraba = 96 kg, farinha de milho = 99 kg e repolho = 109 kg. A quantidade informada foi mensal, mas as entregas eram feitas quinzenal com veículo próprio. O produtor 03 entregou a quantidade mensal de aproximadamente 80 kg de couve, brócolis, cenoura e beterraba; 60 kg de batata doce, ervilha e cheiro verde; 80 a 100 kg de repolho, rúcula, tomate, aipim, moranga, laranja, chuchu, feijão e pepino; 300 a 400 unidades de alface, as entregas eram feitas semanal com carro próprio. O produtor 04 entrega ovos aproximadamente de 60 dúzias por mês, as entregas eram feitas semanal com veículo próprio.

Em relação às dificuldades que os agricultores encontram na entrega dos produtos para o programa, o produtor 01 acredita que há pouca organização entre os produtores pela cooperativa, pois para facilitar as entregas em outras cidades, poderia haver a troca, ou seja, quando um produtor de Getúlio Vargas ou outra cidade vêm para Sertão o mesmo poderia levar os alimentos de outros produtores para lá. Deveria ter um ponto de referência, como, por exemplo, o que acontece na CEASA e um veículo para entrega. O

produtor 02 afirma que a forma que o produto precisa estar na entrega dificulta, pois como precisam ser entregues limpos e a forma de limpá-los é difícil pela quantidade ser grande e não poderem ser lavados com qualquer máquina, caso contrário o alimento perde a pele que o protege, assim seria necessário um equipamento próprio para a lavagem, mas a propriedade não possui condições de adquirir e assim aumenta a necessidade de mão-de-obra. Para o produtor 03 “As más condições das estradas do interior do município dificulta nosso trabalho, e ainda são 24 quilômetros para fazer as entregas”.

Quando questionados sobre as atividades agropecuárias antes do programa, o produtor 01 relatou que sempre foi produtor de mel, mas que lidava mais com a soja, com a inserção no programa começou a procurar informações e ter melhor conhecimento da produção de mel e aumentou a produção em 50%. O produtor 02 cultivava apenas soja e milho. O produtor 03 relatou que tinha as mesmas atividades, mas em pequena escala, quase apenas para consumo próprio e que havia um pomar de pêssago os quais entregavam para uma empresa que acabou falindo, assim o programa surgiu como solução para o problema da renda da família. O produtor 04 trabalhava antes com uma fruteira na cidade, mas como não tinham muito lucro decidiram voltar cultivar na propriedade, mas deveria ser algo que os mesmos sabiam e que pudesse ser produzido na localidade e assim optaram pela produção de ovos, o entrevistado comenta que já entregava para os supermercados quando foi convidado para participar do programa.

Assim com a implantação do programa os produtores aumentaram significativamente a produção e conseqüentemente o lucro, e para o produtor 02 até as variedades aumentaram que antes não havia na propriedade. Quanto às vantagens trazidas pelo programa, o produtor 01 afirma que melhorou o quesito produção sustentável, já que a produção desses alimentos diminui a quantidade de agrotóxicos, além de fornecer alimentos de melhor qualidade para os alunos e para as famílias dos produtores, também os produtores se tornam mais sociais, pois participam de reuniões, de cooperativas, assim discutem melhorias e aprendem uns com os outros e que isso proporciona aos produtores aperfeiçoar as produções. Para os produtores 02 e 03 o dinheiro extra e o trabalho foram às principais vantagens do programa e para o produtor 04 por enquanto o programa trouxe poucas vantagens para a propriedade, mas acredita que no decorrer deste ano irá melhorar.

Como vantagens para a família, o produtor 01 acredita que a participação de um programa como este proporciona maior integração da família, pois diz respeito a todos,

assim os mesmos trabalham juntos para achar soluções de problemas e acabam se unindo mais, é uma atividade que direta ou indiretamente afeta todos da família. Para os produtores 02, 03 e 04 o dinheiro extra e a variedade da alimentação é o que mais beneficia a família.

O melhoramento da saúde da família por meio da produção de alimentos de qualidade na própria propriedade foi comentado pelo produtor 01 como sendo uma atividade que gera mais trabalho e que integra a família e assim motiva confiança. Para os produtores 02 e 03 as variedades contribuem para o melhoramento da saúde e para o produtor 04 à volta para a propriedade foi o que melhorou, já que é possível cultivar alimentos para consumo próprio.

Quando a pretensão de produzir outros tipos de alimentos ou aumentar a produção, o produtor 01 comenta que participa de outra cooperativa que é dos apicultores com sede também em Getúlio Vargas e que lá ele recebe vários treinamentos juntamente com os demais, relata ainda que para este ano de 2013 ele pretende produzir e comercializar pólen e própolis, de formar uma agroindústria ecológica onde produziria parte de conservas, como cebola, pepino e chima e produtos coloniais, e se possível colocar uma horta orgânica. Mas que “o principal objetivo para este ano é comercializar o mel em sachê de 10 a 15 gramas”, já que a cooperativa dos apicultores comprou uma máquina para este fim. E aumentar a produção existente que é de 180 a 200 caixas para 250 a 300 caixas.

O produtor 02 está com vontade de voltar entregar os alimentos que entregava. O produtor 03 irá aumentar a produção já que existe demanda no programa para outros municípios também e para comercializar fora do programa e pretende procurar maiores informações de como produzir melhor. E o produtor 04 por enquanto não tem a intenção de aumentar a produção.

Já em relação às dificuldades do programa o produtor 01 afirma que para vender para cidades maiores como, por exemplo, Erechim o mesmo precisa de alguns registros que o impedem de comercializar. Para o produtor 02 é a mão-de-obra e o tempo que impedem a continuidade do programa. O produtor 03 relata que é a falta de conhecimento que se torna um empecilho. Já o produtor 04 não vê dificuldades. Como consideração final o produtor 03 comenta que “precisaria ter mais assistência técnica para os produtores com baixo conhecimento que estão interessados em continuar no programa”.

6.3 O Programa na visão da direção das escolas

As escolas ficaram sabendo do programa através da Secretaria Municipal da Educação de Sertão que comunicaram que seria inserido na alimentação dos alunos produtos da agricultura familiar de produtores da própria cidade.

Para as escolas e entidades da cidade os alimentos são entregues nas segundas e quintas - feiras e no interior nas terças – feiras.

O que melhorou no cardápio dos alunos foi principalmente a inserção de saladas e frutas que antes não faziam parte do cardápio e que são produtos de qualidade. E houve a aceitação dos alunos, os mesmos comem tudo não há sobras de alimentos nos pratos.

Como as escolas apenas recebem os alimentos, acreditam não ter problemas, e caso algum alimento não venha com a qualidade exigida o mesmo é devolvido e o produtor deve fazer a troca.

A quantidade também é suficiente para os alunos, até porque aumentou a quantidade de alimentos oferecidos e é a nutricionista quem determina a quantidade de alimentos, a mesma faz o acompanhamento com os alunos, como pesagem.

Para finalizar acreditam que o programa beneficiou as crianças, pois proporciona uma melhor alimentação quando elas mais precisam que é na hora do estudo e que estão em fase de desenvolvimento, as crianças aprendem também a ter um hábito alimentar mais saudável, já que levam para casa o que aprendem na escola. Muitas afirmam que antes não comiam em casa e agora como têm na escola aprenderam a consumir em casa também.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional da Merenda Escolar beneficia tanto os produtores rurais, que a partir deste tem a oportunidade de escoar a produção com preço de mercado, sem atravessadores, quanto os alunos que ganharam novas variedades para a alimentação diária. E foram nas entrevistas feitas com os elos envolvidos, que se pode concluir que o programa é viável, principalmente para o pequeno produtor que não possui muito maquinário e condições de produção.

Houve aceitação dos alimentos por parte dos alunos e ajudou inserir um novo hábito alimentar dentro e fora da escola. Também contribui para a melhoria da saúde nas famílias, já que com a produção desses alimentos, as pessoas acabaram consumindo outras variedades de alimentos produzida na própria propriedade com uma qualidade superior e diminuíram a ingestão de produtos industrializados.

A lei 11.947/2009 melhorou a qualidade da merenda escolar e proporcionou inserção do agricultor familiar ajudando-o a ter visão de mercado, pois antes o produtor apenas vendia seus produtos e agora ele tem a oportunidade de comercializar, e para isso, o mesmo procura conhecimento/informação para melhorar a produção, já que o programa exige qualidade e para aumentar a quantidade. Assim o produtor acaba tornando-se auto-suficiente contribuindo para o aumento da renda e diminuição do êxodo rural.

Para um melhor desempenho do programa é necessário a organização dos produtores, a formação da cooperativa já proporcionou que isso ocorra, agora os mesmos precisam discutir formas de entregar os produtos, para que, quem leva seus produtos para outra cidade possa trazer para seu município produtos de outros agricultores, diminuindo assim o gasto com locomoção. Lembrando que problemas com deslocamento na própria cidade apenas o produtor 03 sofre. E ainda disponibilizar treinamentos e cursos para auxiliar no aumento da produção, sendo que há demanda no município de Sertão, pois segundo a Secretaria da Educação vêm alimentos de outras cidades.

Para que o programa continue acontecendo de forma eficaz no município de Sertão/RS é necessário continuar com o trabalho feito, incentivando os produtores que busquem qualificação para poder administrar a propriedade e aumentar a produção existente, efetivando lucro, já que, maiores problemas, como deslocamento, locomoção, infra-estrutura, irregularidade de produção e de pedidos, inexistência de cooperativa não existem no município.

REFERÊNCIAS

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico da merenda escolar**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500755>> Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

EMATER/RS. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/sobre/>> Acesso em 04 de dezembro de 2012.

CUNHA, Elisângela da; Souza, Anete Araújo de; Machado, Neila Maria Viçosa. **A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sciarttext&pid=S1413-81232010000100009>> Acesso em 04 de dezembro de 2012.

MOTA, Bruna Maria Farias; Araújo, Patrícia Guimarães de. **Avaliação da implantação do programa nacional de Fortalecimento da agricultura familiar na merenda Escolar do município de Caruaru – PE.** Disponível em:<<http://repositorio.favip.edu.br:8080/handle/123456789/331>> Acesso em 04 de dezembro de 2012.

FABRI, Rafaela Karen. *et al.* **Abastecimento do Programa de Alimentação Escolar: a oferta de alimentos das agroindústrias familiares.** Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/sigeventos/conbran2012/inscricao/resumos/0001/R1535-2.PDF>> Acesso em 04 de dezembro de 2012.

TORRES, Fátima de Lima. *et al.* 11580 - **Inserção da agricultura familiar sustentável no PNAE: O caso da COOPAPI, Apodi-RN.** Disponível em:<<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/11580>> Acesso em 04 de dezembro de 2012.

LEITE, Cássia Roberta de Melo. *et al.* 11884 - **Projeto EDUCOAGRO (Educação Cooperativa e Agroecológica) fomentando a Agricultura Familiar e apoiando a implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Jupi – PE, Brasil.** Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/11884/8255>> Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

TEIXEIRA, Alessandra Brandão; Campos, Alzira Lobo de Arruda; Paula, Regiane Aparecida Cardoso de. **A Merenda Escolar em Linhares: Caminhos e Descaminhos.** Disponível em: http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artig

o_26.pdf> Acesso em 04 de dezembro de 2012.

TURPIN, Maria Elena. **A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares.** Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_16_2_2009/2_Marina_MariaElenaTurpin%5B20-42%5D.pdf>. Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

REAL, Luciana Correia Villa; Schneider, Sergio. **O Uso de Programas Públicos de Alimentação na Reaproximação do Pequeno Produtor com o Consumidor: O Caso do Programa de Alimentação Escolar.** Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/viewFile/125/200>> Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

LOPES, Dóri Edson; Almeida, Rosemeire Aparecida de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Municípios de Castilho e Andradina-SP.** Disponível: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1036/1660>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

CARVALHO, Daniela Gomes de; Castro, Vanessa Maria de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE Como Política Pública de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://docs.google.com/a/sertao.ifrs.edu.br/viewer?a=v&q=cache:8GGM8Z7UW3wJ:comunidades.mda.gov.br/o/3801511+&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjp9E0dqlegJPxTEZS1IKHWAQ5tsHA2Lr0YM0Awd9GQf4grMRp oJOhI5IZ0jJyXm9O39QPwuhGIZCm4dEiCxrKhDY0VyyAqpD9nDz03_v9N2pfxTBaEwe8lHnJSMmZ_GNsJ_4bx&sig=AHIEtbTgTTaRTm2dQKuUBd5rPEdIJGFSyA>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.